



Portal de Legislação do Município de Carazinho / RS

DECRETO EXECUTIVO Nº 064, DE 13/05/2008

**INSTITUI AS AÇÕES E OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO E REVOGA O
DECRETO EXECUTIVO Nº 065/00.**

ALEXANDRE A. GOELLNER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução 250, de 05 de dezembro de 2007, da Comissão Intergestores Bipartite/RS - CIB e visando a implantação da competência prevista no [art. 18, IV da Lei Federal nº 8.080](#), de 19 de setembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Vigilância Sanitária do Município de Carazinho, implantada como Setor que compõe a área de Vigilância em Saúde, junto à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º À Vigilância Sanitária compete:

- a) participar, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, bem como outras unidades da Federação, na execução de Políticas de Vigilância Sanitária;
- b) atuar no sentido de prevenir, eliminar ou minimizar o risco sanitário, preservando e promovendo a saúde dos humanos, do meio ambiente e dos locais de trabalho.
- c) executar ações de Vigilância Sanitária concernentes às áreas de vigilância de alimentos, de estabelecimentos de saúde, de estabelecimentos de interesse à saúde, da vigilância da água e demais serviços e produtos descritos em legislação que venha a disciplinar a responsabilidade sanitária dos municípios em relação às ações da vigilância Sanitária;
- d) assumir a gestão e execução das ações de Vigilância Sanitária em consonância com as ações de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e da Saúde do Trabalhador, constituído a área de Vigilância em Saúde em âmbito local, compreendendo, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas.
- e) executar ações de Vigilância Sanitária compreendendo ações de média e alta complexidade descentralizadas do Estado ao Município, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas;
- f) coibir o descumprimento das legislações sanitárias vigentes, de acordo com a hierarquização, descentralização e competências dentro do Sistema de Vigilância Sanitária;
- g) instaurar processo administrativo sanitário;
- h) fornecer subsídios técnicos e administrativos a setores públicos e privados, na área de vigilância sanitária;
- i) executar demais atividades pertinentes à área de vigilância sanitária, legalmente descrita.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária Municipal adotará o [Decreto Estadual nº 23.430/74](#) e a [Lei Federal nº 6.437/77](#) para instauração dos processos administrativos de sua competência, além de outras legislações específicas necessárias ao cumprimento das suas atividades.

Art. 3º O Município aplicará a legislação sanitária Federal e Estadual, legislando complementarmente no que couber.

Art. 4º Para o desenvolvimento das ações, a Vigilância Sanitária deverá dispor de um Coordenador com formação superior na área de saúde e que seja servidor do quadro efetivo do Município e de equipe mínima constituída por servidores de nível médio e superior com atribuições fiscais, legalmente habilitados e com formação técnica necessária.

Art. 5º Nos processos administrativos, a análise e julgamento das defesas e recursos deverão obedecer as instâncias hierárquicas das autoridades sanitárias, sendo que o julgamento deverá ser realizado por níveis competentes, sendo em primeira instância pelo fiscal responsável pelo ato emanado, posteriormente pelo Coordenador de Vigilância Sanitária e, por fim, pela Secretária Municipal da Saúde, quando houver recurso para cada julgamento realizado.

Parágrafo único. A Vigilância Sanitária Municipal, quando necessário encaminhará documentos integrantes de processos administrativos sanitários para análise jurídica pela Assessoria Jurídica do Município ou Assessoria Jurídica do próprio setor em caso de existência da mesma.

Art. 6º O financiamento das ações de Vigilância Sanitária será constituído de recursos públicos oriundo do nível Federal e Estadual e de recursos próprios do Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o [Decreto Executivo nº 065/00](#).

Gabinete do Prefeito, 13 de maio de 2008.

ALEXANDRE A. GOELLNER
Prefeito

Registre-se e publique-se no Painei de
Publicações da Prefeitura:

ISOLDE MARIA DIAS
Secretária da Administração
IMD



Portal de Legislação do Município de Carazinho / RS

DECRETO EXECUTIVO Nº 077, DE 13/06/2008

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 5º DO DECRETO EXECUTIVO Nº 064/08 INSTITUI AS AÇÕES E OS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO.

ALEXANDRE A. GOELLNER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAZINHO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O [artigo 5º do Decreto Executivo nº 064](#), de 13 de maio de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 5º Nos processos administrativos sanitários, a apresentação de defesa ou impugnação ao Auto de Infração será julgada pela autoridade sanitária imediatamente superior ao servidor que procedeu a lavratura do Auto de Infração. É assegurado ao autuado o direito de recorrer da decisão condenatória, sendo que o primeiro recurso deverá ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior a que realizou o primeiro julgamento. Se mantida a decisão condenatória, caberá a apresentação de um segundo recurso a ser dirigido ao superior da autoridade que julgou o primeiro recurso.

§ 1º Nos casos em que o Auto de Infração não for lavrado pelo servidor que exerce fiscalização e coordenação da vigilância sanitária, as autoridades julgadoras à defesa ou impugnação do Auto de Infração, ao primeiro recurso à decisão condenatória e ao segundo recurso, serão o Coordenador da Vigilância Sanitária, o Secretário Municipal da Saúde e o Prefeito, respectivamente.

§ 2º Quando o Auto de Infração for lavrado pelo servidor que exerce fiscalização e coordenação da vigilância sanitária, as autoridades julgadoras à defesa ou impugnação do Auto de Infração, ao primeiro recurso à decisão condenatória e ao segundo recurso, serão uma Comissão Técnica, o Secretário Municipal da Saúde e o Prefeito, respectivamente.

I - A Comissão Técnica que fará o julgamento da defesa ou impugnação do Auto de Infração será constituída por 03 (três) servidores da Área de Vigilância em Saúde, com atribuição designada pelo Prefeito.

§ 3º Os prazos para defesa e recurso seguirão os contidos no Manual do Processo Administrativo Sanitário da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul que tem como base a [Lei Federal nº 6.437/77](#).

§ 4º A Vigilância Sanitária Municipal, quando necessário, encaminhará documentos integrantes de processos administrativos sanitários para análise jurídica pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos ou Assessoria Jurídica do próprio setor em caso de existência da mesma." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de junho de 2008.

ALEXANDRE A. GOELLNER
Prefeito

*Registre-se e publique-se no Painel de
Publicações da Prefeitura:*

ISOLDE MARIA DIAS
Secretária da Administração
VG/IMD

FP() HL()